



Reino Unido anuncia US\$ 540 mi para Fundo de Florestas criado pelo Brasil

BC negocia interligar Pix ao sistema de pagamentos europeu

Página 4

MP da "taxa das blusinhas" é aprovada na Câmara e vai ao Senado

Página 6

Caixa passa a oferecer modalidade de Pix parcelado

A Caixa Econômica está oferecendo aos clientes pessoa física a possibilidade de parcelamento de transferências e pagamentos feitos por Pix. A nova funcionalidade, anunciada na quinta-feira (3), está disponível para as transações feitas diretamente no App CAIXA.

A medida é realizada por meio de contratação de crédito, no momento da transação. A CAIXA já disponibiliza outras ferramentas como Agendamento Pix, Pix Automático, Pix por Aproximação via Google Pay.

O banco público informou que para os clientes com limite disponível, os valores para contratação variam entre R\$ 300 e R\$ 50 mil, com prazo de pagamento de até 12 meses e taxas de juros conforme relacionamento com o banco.

As condições da operação estão disponíveis no aplicativo do banco. O cliente pode concluir a transação e realizar a transferência Pix com uma autenticação, mas é necessário atualizar o App CAIXA para a versão mais recente.

"Antes da confirmação da operação, o cliente visualiza informações sobre taxa de juros, valor das parcelas, Custo Efetivo Total (CET) e IOF, podendo comparar e avaliar de forma transparente o impacto da operação em seu orçamento. A disponibilização da linha de crédito ocorre mediante análise de risco realizada pela CAIXA e depende da existência de limite disponível para contratação", informou a Caixa.

Ainda de acordo com o banco, os clientes que ainda não têm a opção habilitada podem manter seus dados cadastrais atualizados e utilizar regularmente os produtos e serviços da CAIXA para ampliar o relacionamento e destinar a funcionalidade em avaliações futuras, conforme os critérios de crédito e análise de risco adotados pela Caixa.

"O Parcel Pix amplia o acesso a soluções financeiras digitais integradas, combinando conveniência, transparência e uso consciente do crédito. Na prática, o receptor terá acesso ao valor integral da operação de forma instantânea, enquanto o pagador pode parcelar o desembolso de acordo com sua capacidade financeira", disse a Caixa. (Agência Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,10
Venda: 5,10

Turismo
Compra: 5,11
Venda: 5,29

EURO

Compra: 5,93
Venda: 5,93

Fiocruz vai iniciar testes da primeira vacina RNAm contra a Covid-19



FOTO: DEBILIANO FORTUCCI/FIOCRUZ

Página 6

Nestlé anuncia nova fábrica no Brasil para fórmulas infantis e promete investir R\$ 2 bilhões até 2028

Página 3

Copan retoma visitas guiadas à cobertura, com ingressos a R\$ 50

Página 2

Enem PPL abre inscrições em 5 de outubro

Página 5

Esporte

Mitsubishi Motors volta a Curvelo na liderança da Stock Car

O Circuito dos Cristais reencontra a Stock Car neste fim de semana para a oitava etapa do campeonato em um cenário de plena afirmação para a Mitsubishi Motors. Foi exatamente no traçado de 3.330 metros e 16 curvas em Curvelo (MG) que o Eclipse Cross fez sua estreia no ano, cravando a pole position com Gaetano di Mauro e garantindo a vitória na corrida principal com Felipe Fraga, ambos da Eurofarma-RC. De lá para cá, o modelo construiu uma trajetória de protagonismo absoluto na temporada: em sete etapas e 14 provas disputadas, foram cinco poles conquistadas e oito triunfos — quatro nas corridas Sprint e quatro nas disputas principais.

O retrospecto vitorioso reflete a consistência do time de

pilotos da fabricante. Liderando o campeonato de forma isolada com 705 pontos, Felipe Fraga acumula três vitórias no ano e vem embalado pela pole position cravada na etapa anterior, em Santa Cruz do Sul. Entre os maiores vencedores com o Eclipse Cross também estão Felipe Baptista, com três triunfos — registrando uma impressionante sequência de vitórias nas últimas três etapas (Cuiabá, Velocitta e Santa Cruz do Sul) —, e Gaetano di Mauro, que soma dois primeiros lugares e lidera as estatísticas de posições de honra no grid, com três poles na temporada. Zezinho Muggiati completa a lista dos pole-sitters da marca dos três diamantes na competição.

A etapa mineira ganha contornos ainda mais competitivos com a briga pelas primeiras colocações



Fraga começou o ano com vitória em Curvelo e lidera o campeonato desde então

da tabela, onde cada final de semana distribui até 137 pontos. Correndo no seu estado natal, Sérgio Sette Câmara aparece como o segundo melhor piloto

com o Eclipse Cross na classificação geral, ocupando o quarto lugar com 489 pontos em seu forte ano de estreia. A disputa interna, no entanto, é acirradíssima:

Sette Câmara carrega apenas cinco pontos de vantagem sobre Gaetano di Mauro, o quinto colocado, enquanto Felipe Baptista surge na sexta posição com 453 pontos pela Sterling Racing, mantendo aberta a disputa pelas primeiras posições do campeonato.

A programação oficial da etapa no interior mineiro ganha pista aberta na sexta-feira (4) para as primeiras sessões de treinos livres. A definição do grid de largada acontece no sábado (5), no primeiro horário da manhã, às 8h, antecipando a disputa da Corrida Sprint, programada para as 13h50. O encerramento do evento fica reservado para o domingo (6), quando os carros alinham para a Corrida Principal com largada prevista para as 12h10.

WTA confirma lista de duplas do SP Open

A WTA confirmou nesta quarta-feira, 2 de setembro, a lista das tenistas que disputarão a chave de duplas da segunda edição do SP Open. Luisa Stefani e Gabriela Dabrowski lideram a lista da WTA da maior cidade das Américas, que acontece entre os dias 12 e 20 de setembro no Parque Villa-Lobos. Os últimos ingressos estão à venda no eventim.com.br/sp-open.

A lista é encabeçada pela brasileira Luisa Stefani, medalhista de bronze nas Olimpíadas de Tóquio 2020 e atual número 4 do mundo. A paulistana jogará com a canadense Gabriela Dabrowski, sua parceira da temporada e número 3 do mundo. Ano passado, Luisa ergueu o troféu Ara Vartanian de campeã, ao lado da então parceira Timea Babos.

Em 2026, a dupla se consoli-

lidou como uma das parcerias mais fortes do circuito, ocupando a 2ª posição do ranking WTA no ranking da temporada e conquistando os títulos do WTA 1000 de Dubai, o WTA 500 de Eastbourne, e o WTA 250 de Eastbourne. Além disso, a dupla também foi vice-campeã de Wimbledon e semifinalista no Australian Open e em Roland Garros.

Outras três brasileiras também se garantiram diretamente na competição através do ranking. Laura Pigossi, a número 2 do Brasil em simples e medalhista de bronze em Tóquio com Luisa Stefani, joga ao lado de Ekaterina Ovcharenko, enquanto Ana Candiotto e Luiza Fullana unem forças em busca de um título 100% brasileiro.

São três modalidades de ingressos para o SP Open 2026. Os últimos ingressos com acesso à Quadra Central Maria Esther Bueno es-

tao disponíveis no site da Eventim, em eventim.com.br/sp-open.

Já os ingressos Ground Pass, com preços a partir de 15 reais, garantem acesso ao evento e ao Espaço Boulevard, que reúne experiências gastronômicas, ativações de nossos patrocinadores, lojas oficiais e um espaço interativo com telão para acompanhar toda a ação da quadra central, além do espectador poder assistir a treinos e jogos nas quadras secundárias, quando houver, conforme a programação e a capacidade dos espaços. Está modalidade não permite acesso à Quadra Central.

Por fim, para quem quer curtir a fase classificatória, os ingressos gratuitos para o qualifying estarão disponíveis para resgate no dia 8 de setembro, também no site da Eventim. O resgate é limitado a dois ingressos por dia, por CPF, e sujeito a disponibilidade.

Os ingressos Ground Pass, com preços a partir de 15 reais, garantem acesso ao evento e ao Espaço Boulevard, que reúne experiências gastronômicas, ativações de nossos patrocinadores, lojas oficiais e um espaço interativo com telão para acompanhar toda a ação da quadra central, além do espectador poder assistir a treinos e jogos nas quadras secundárias, quando houver, conforme a programação e a capacidade dos espaços. Está modalidade não permite acesso à Quadra Central.

Por fim, para quem quer curtir a fase classificatória, os ingressos gratuitos para o qualifying estarão disponíveis para resgate no dia 8 de setembro, também no site da Eventim. O resgate é limitado a dois ingressos por dia, por CPF, e sujeito a disponibilidade.

O SP Open é mais um grande evento para a IMM, principal empresa do país nos segmentos de esporte e entretenimento, trouxe para a cidade de São Paulo. A IMM é a realizadora também do festival gastronômico "Taste of São Paulo", da São Paulo Fashion Week e das turnês do Cirque du Soleil.

O SP Open conta com o patrocínio master da Claro, Heineken 0.0, ALLOS, Shopping Villa Lobos e Bradesco. São patrocinadores também: Prudential, Mercedes-Benz, Latam, Seara Gourmet e Accor. As marcas esportivas oficiais são Slyce e ASICS. A transmissão é do Sportv.

O torneio é incentivado pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério do Esporte, por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte, e conta com o apoio da Prefeitura de São Paulo, via SPTuris.

Copan retoma visitas guiadas à cobertura, com ingressos a R\$ 50

O sessentão Copan, no centro de São Paulo, retoma neste sábado (5) as visitas guiadas à cobertura, um passeio que havia sido suspenso há seis anos.

As visitas serão realizadas sempre aos sábados, das 13h30 às 16h30, com ingressos vendidos a R\$ 50. Antes era de graça. Os valores arrecadados serão usados para o restauro da fachada. A compra pode ser feita em um site próprio.

Segundo o síndico Guilherme Milani, custa cerca de R\$ 68 milhões a restauração necessária para retirada da tela que atualmente cobre a fachada.

A volta das visitas ocorre em um momento em que o edifício projetado por Oscar Niemeyer,

no número 200 da avenida Ipiranga, vive uma fase pop, lotado de turistas e moradores da capital paulista nos finais de semana.

As calçadas e corredores do prédio simioso ficam lotados e há filas para tomar sorvetes, drinks ou conseguir uma mesa em um dos restaurantes. Livraria, galeria de arte, feiras artesanais, peças de teatro e até uma locadora de vídeos também estão entre as atrações.

As visitas ao ponto turístico são compartilhadas e fazem sucesso nas redes sociais, com roteiros, dicas e muitas fotos e vídeos.

Com 32 andares, 1.160 apartamentos (desde os estúdios de 30 metros quadrados até os de

200 metros quadrados) e 115 metros de altura, o Copan completou 60 anos em maio, com direito ao lançamento de um documentário da cineasta Carine Wallauer. "Copan" mostra vivências na onda de concreto desenhada por Niemeyer e ocupada por 3.000 moradores.

"A obra quebrou um banco, parou por anos e abriu em 1966 como a maior estrutura de concreto armado do país. O prédio caiu com o centro, renasceu com ele e virou o ícone pop da cidade", diz o texto de apresentação do passeio.

O nome vem da Companhia Pan-Americana de Hotéis e Turismo, a incorporadora que está na origem do edifício. Outra curiosidade relatada nas visitas é o fato de o Copan ter um CEP próprio e receber correspondências como um bairro.

Depois da pandemia, muitos



Foto: Wikipédia

apartamentos foram modernizados e hoje fazem parte do mercado de hospedagem por temporada. Segundo a administração, são 160 unidades de 120 proprietários, que recebem 35 mil hóspedes por ano.

Os responsáveis pelo passeio avisam que "horário é horário". O encontro é na portaria da avenida Ipiranga, 200, dez minutos antes da subida ao topo.

Serão oito pessoas por vez, de acordo com a capacidade do elevador original. O último trecho exige a subida de dois lances de escada do 32º andar à cobertura.

As visitas guiadas acontecerão em 13 subidas por sábado e o prédio está aberto a agendamento de grupos de turistas, estudantes e pesquisadores com guias próprios ao térreo, áreas comuns e cobertura. (Folhapress)

Setembro dá início ao licenciamento de caminhões em São Paulo

Setembro dá início ao calendário oficial do licenciamento de caminhões no estado de São Paulo, com os veículos de placa final 1 e 2. Em outubro, serão placas com três finais diferentes: 3, 4 e 5.

Ao todo, a frota de caminhões ativos no estado de São Paulo é de cerca de 800.000 veículos. Desses, 38% já haviam feito o licenciamento ao final de agosto, que pode ser antecipado por qualquer placa. A taxa é a mesma cobrada de motos e automóveis: R\$ 174,08.

A forma mais rápida de licenciar é pelo portal do Detran-SP, onde o serviço pode ser concluído em poucos minutos. Para concluir o processo, é preciso quitar eventuais multas de trânsito e o IPVA, informar o número do Renavam e pagar a taxa de licenciamento.

O pagamento pode ser feito via Pix. Após o acerto, o documento digital do veículo (CRLV-e) pode ser baixado ou impresso em papel comum pelo portal do Detran-SP, do Poupatempo ou da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), além dos aplicativos Detran-SP, Poupatempo Digital e da CNH do Brasil.

O documento pode ser salvo no celular ou mantido impresso. Neste ano, a atualização do documento é instantânea. Também é possível pagar em bancos conveniados, por internet banking, aplicativo ou caixa eletrônico. Caso o licenciamento não esteja disponível para pagamento, o proprietário deve verificar a existência de impedimentos, como multas ou débitos pendentes, ou bloqueios administrativos ou judiciais.



Foto: Governo de SP

Conduzir um veículo com o licenciamento vencido é uma infração gravíssima, sujeita a multa de R\$ 293,47.

O que acontece se não licenciado? Conduzir um veículo com o licenciamento vencido é uma infração gravíssima, sujeita a multa de R\$ 293,47, sete pon-

tos na carteira nacional de habilitação (CNH) e remoção do veículo a um pátio, de acordo com o artigo 230 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). (Governo de SP)

Famílias com renda de até três salários mínimos podem obter cartas de crédito para 1º imóvel em 50 cidades

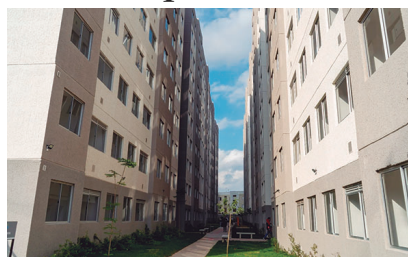


Foto: Governo de SP

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH) disponibiliza novas Cartas de Crédito Imobiliário (CCI) do Programa Casa Paulista para a aquisição de 10 mil unidades habitacionais em 50 municípios paulistas. O subsídio é destinado a famílias que desejam comprar o primeiro imóvel.

A nova etapa contempla mais de 140 empreendimentos, distribuídos em municípios da região metropolitana de São Paulo e das

Regiões Administrativas de Araçatuba, Barretos, Bauru, Campinas, Central, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba. A relação completa está disponível no site da SDUH: <https://www.habitacao.sp.gov.br/habitacao>

Os subsídios variam de R\$ 10 mil a R\$ 16 mil por unidade, de acordo com a localização do empreendimento. O benefício é des-

tinado a famílias com renda mensal de até três salários para comprar o primeiro imóvel em empreendimentos autorizados pela SDUH, com financiamentos com recursos do FGTS operados pela Caixa Econômica Federal.

A participação é aberta a todos os interessados que se enquadrem nos critérios do programa e que tenham a habilitação aprovada pela Caixa, responsável pela concessão do financiamento habitacional. Os cidadãos podem verificar a lista de empreendimentos que contam com os subsídios e procurar diretamente as construtoras responsáveis pelos empreendimentos contemplados para conhecer os imóveis e verificar a disponibilidade, condições de financiamento e a possibilidade de utilização do subsídio.

Atualmente, a renda média mensal das famílias atendidas no CCI oscila entre 2 e 2,3 salários mínimos, dependendo da região do Estado. Quando avaliados os financiamentos do FGTS em geral, essa média chega até a 4,7 salários mínimos, comprovando

a importância e o caráter social do programa. Trata-se de um importante mecanismo para, além do estímulo à construção de moradia, garantir que os imóveis sejam destinados a famílias que realmente precisam, evitando que pessoas com maior poder aquisitivo comprem as unidades e aluguem por preços maiores do que as parcelas, perpetuando situações de déficit habitacional.

O cadastramento dos empreendimentos que participam desta etapa foi realizado entre os dias 13 e 27 de agosto de 2026. Para participar, os empreendimentos deveriam ter contratação firmada com a Caixa Econômica Federal até 12 de agosto de 2026. A seleção considerou critérios estabelecidos pela SDUH, incluindo demandas municipais de maior vulnerabilidade socioeconômica, indicadores habitacionais e previsão de entrega das unidades.

Ao todo, serão destinados mais de R\$ 132,7 milhões em subsídios estaduais para os imóveis contemplados na 10ª etapa do programa. (Governo de SP)

SP abre inscrições para curso de liderança e empoderamento de mulheres com deficiência

Na quarta-feira (02), teve início as inscrições da 16ª edição do curso de Liderança e Empoderamento Feminino do programa TODAS in-Rede. A formação promovida pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SE-DPeD) tem como objetivo incentivar a independência e a autonomia das mulheres com deficiência, ao tratar de temas fundamentais como renda e trabalho, direitos e atuação política, e prevenção à violência.

Durante as aulas, são debatidas várias questões práticas para auxiliar as participantes e suas famílias a não somente identificarem, mas também a saberem como agir diante de determina-

das situações de risco. Por exemplo, as orientações ajudam a entender quais os primeiros sinais de violência, as formas de agressão mais comuns, onde buscar ajuda e como realizar a denúncia.

As vagas são limitadas e o período de inscrição vai até o dia 5 de outubro.

Até o ano passado, mais de 1.500 mulheres participaram do curso, que possui duração de 15 horas e certificado após conclusão. Oferecidas na modalidade on-line, por meio de plataforma acessível em Libras e audiodescrição, as aulas são gratuitas e ocorrem nos dias 20, 22, 27, 28 e 29 de outubro, das 19 às 22 horas.

A iniciativa tem parceria com

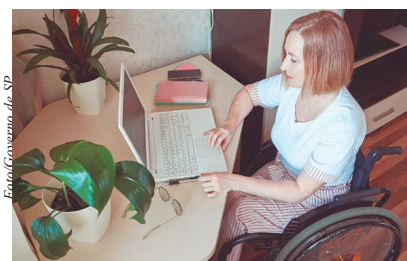


Foto: Governo de SP

a Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais (AME) e integra a Escola da Inclusão, plataforma de capacitações on-line

e acessíveis desenvolvida em conjunto com a Universidade Virtual do Estado de São Paulo – Univesp. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

28º Bial do Livro SP deve ter cristãos leitores(as) dos livros bíblicos e vereadores(as). Alguns de seus partidos já se interessam [pra 2028] pelo ex-ateu Augusto Cury, hoje com livros sobre o Cristo e candidato (Avante) à presidência 2026

PREFEITURA (São Paulo)

28º Bial do Livro SP deve ter o cristão Ricardo Nunes, leitor dos livros bíblicos e prefeito reeleito. Seu partido, o MDB, já se interessa [pra 2028] pelo ex-ateu Augusto Cury, hoje com livros sobre o Cristo e candidato (Avante) à presidência 2026

ASSEMBLEIA (São Paulo)

28º Bial do Livro SP deve ter cristãos leitores(as) dos livros bíblicos e deputados(as). Alguns de seus partidos já se interessam [pra 2028] pelo ex-ateu Augusto Cury (Avante), hoje com livros sobre o Cristo e candidato (Avante) à presidência 2026

GOVERNO (São Paulo)

28º Bial do Livro SP deve ter o cristão Tarcísio, leitor dos livros bíblicos tentando a reeleição 2026. Seu partido, o Republicanos, já se interessa [pra 2028] pelo ex-ateu Augusto Cury (Avante), hoje com livros sobre o Cristo e candidato (Avante) à presidência 2026

CONGRESSO (Brasil)

28º Bial do Livro SP deve ter cristãos leitores(as) dos livros bíblicos e deputados(as) / senadores por SP. Alguns de seus partidos já se interessam [pra 2028] pelo ex-ateu Augusto Cury (Avante), hoje com livros sobre o Cristo e candidato (Avante) à presidência 2026

PRESIDÊNCIA (Brasil)

28º Bial do Livro SP deve ter o cristão Alckmin, leitor dos livros bíblicos tentando a reeleição 2026. Seu partido, o PSB, já se interessa [pra 2028] pelo ex-ateu Augusto Cury (Avante), hoje com livros sobre o Cristo e candidato (Avante) à presidência 2026

PARTIDOS (Brasil)

28º Bial do Livro (SP) dever ter cristãos leitores(as) dos livros bíblicos e donos / sócios preferenciais das legendas. Alguns já se interessam [pra 2028] pelo ex-ateu Augusto Cury (Avante), hoje com livros sobre o Cristo e candidato (Avante) à presidência 2026

JUSTIÇAS (Brasil)

28º Bial do Livro SP deve ter cristãos leitores(as) dos livros bíblicos e profissionais nas carreiras jurídicas. Alguns deles(as) talvez não comentem o que pensam sobre o que está acontecendo com as Justiças do mundo sem as Éticas da Justiça do Cristo

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por tornar-se referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

Pois o Senhor é Deus poderoso; é Rei poderoso acima de todos os deuses. SALMOS 95.3

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:

Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP

CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 11 3258-1822

Comercial: 11 97144-4166

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC

Notícias Agrícolas

Folhapress

Governo de São Paulo

Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Reino Unido anuncia US\$ 540 mi para Fundo de Florestas criado pelo Brasil

O Reino Unido anunciou na quinta-feira (3) que investirá 400 milhões de libras esterlinas, cerca de US\$ 540 milhões (R\$ 2,7 bilhões), no Fundo Florestas Tropicais para Sempre, conhecido como TFF, na sigla em inglês.

A contribuição será feita na forma de um empréstimo e está sujeita à finalização dos mecanismos de governança e operação do TFF e à participação do governo britânico nas estruturas de decisão do fundo, segundo comunicado do Departamento de Segurança Energética.

O aporte eleva o total investido no TFF a US\$ 7,3 bilhões (R\$ 37,6 bilhões). O mecanismo precisa alcançar US\$ 10 bilhões (R\$ 51,2 bilhões) até o final do ano para manter o investimento da Noruega, de US\$ 3 bilhões (R\$ 15,3 bilhões).

O governo Lula (PT) lançou o fundo às vésperas da COP30, a

conferência climática das Nações Unidas realizada em Belém em novembro do ano passado. O instrumento pretende remunerar tanto os doadores como os países que protegem florestas tropicais.

"Com o investimento britânico no TFF, o empréstimo será reembolsado, ao mesmo tempo que continuará apoiando ações em favor do clima e da natureza. Isso demonstra a nova abordagem do Reino Unido para o financiamento climático, atuando como investidor, em vez de doador", afirma o comunicado.

A contribuição do Reino Unido ficou abaixo dos investimentos de outros países europeus. A Alemanha confirmou 1 bilhão, o equivalente a R\$ 5,9 bilhões, enquanto a França aprovou 500 milhões (R\$ 2,9 bilhões).

O governo britânico havia desistido de sinalizar investimento durante a COP30, e a incerteza

acerca de uma possível contribuição aumentou com a renúncia de Keir Starmer ao cargo de primeiro-ministro, em junho.

Maurício Voivodic, diretor-executivo do WWF Brasil (Fundo Mundial para a Natureza), diz que o anúncio do país é significativo: "Este compromisso reforça uma mudança necessária na forma como o mundo reconhece e financia a conservação das florestas tropicais: valorizando quem as protege e garantindo recursos de longo prazo para que essa proteção seja efetiva".

"Esperamos que o compromisso do Reino Unido seja um estímulo para que outros países avancem também e ajudem a levar essa solução à escala que a crise exige", afirma.

A meta do TFF, sem prazo definido, é receber US\$ 25 bilhões (R\$ 128 bilhões) em recursos públicos e US\$ 100 bilhões

(R\$ 512 bilhões) de fontes variadas, inclusive particulares, totalizando US\$ 125 bilhões (R\$ 640 bilhões).

O TFF usará os US\$ 125 bilhões para aplicar em uma carteira de investimentos diversificados de renda fixa, com rendimentos de 7% a 8% ao ano. Os financiadores devem ficar com uma fatia de cerca de 4% dos rendimentos, e os países que preservarem florestas receberão outros 4%. O fundo pagará US\$ 4 (R\$ 20,50) por hectare conservado e reduzirá o pagamento se houver desmatamento ou degradação por fogo.

Até 74 países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, poderão ser recompensados se mantiverem suas matas em pé. Ao menos 20% dos rendimentos de cada nação deverão ser destinados para povos indígenas e comunidades locais. (Folhapress)

Brasiliana

Maurício Picazo Galhardo



- Então olhei para o Brasil e vi o campo ...

Quero saber apresenta:

... a Faesp publicou em seu portal na internet que: "A safra brasileira de cana-de-açúcar 2026/27 deve apresentar recuperação em relação ao ciclo anterior, segundo relatório elaborado pelo Departamento Econômico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), com base em dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A produção deve chegar a 705,2 milhões de toneladas, 4,7% acima das 673,3 milhões de toneladas registradas na safra 2025/26. A área colhida deve crescer 1,1%, chegando a 9,05 milhões de hectares, enquanto a produtividade deve aumentar 3,6%, passando de 75.188 para 77.905 quilos por hectare. As condições do clima desde o início da safra favoreceram o desenvolvimento das lavouras. Mesmo com mais cana, a estimativa da produção de açúcar é de queda de 2,9%, passando de 44,2 milhões para 42,9 milhões de toneladas..." O relatório completo de acompanhamento da safra de cana-de-açúcar, edição Ago/2026, estão disponíveis no Painel de Dados da Faesp.



Nestlé anuncia nova fábrica no Brasil para fórmulas infantis e promete investir R\$ 2 bilhões até 2028

A Nestlé anunciou na quinta-feira (3) que investirá R\$ 2 bilhões até 2028 na divisão de nutrição e saúde no Brasil, plano que inclui uma nova fábrica de fórmulas infantis a ser erguida em Minas Gerais.

A fábrica deve custar R\$ 600 milhões, afirmou a Nestlé. A nova instalação será construída em Ituiubata, ao lado do complexo que abriga a maior operação de laticínios da Nestlé na América Latina, onde a empresa já produz as marcas de leite em pó Ninho e Molico.

"A área de Nutrição e Saúde está entre as quatro prioridades estratégicas de crescimento da Nestlé globalmente e também no Brasil", afirmou o presidente-executivo da companhia no Brasil, Marcelo Melchior, citando que a divisão reúne "algumas das categorias de maior valor agregado da companhia".

O investimento total de R\$ 2 bilhões anunciado na divisão representa cerca de 30% dos R\$ 7 bilhões projetados pela Nestlé no Brasil entre 2025 e 2028.

A nova fábrica vai focar no abastecimento do mercado brasileiro, atualmente atendido parcialmente por importações, afirmou a Nestlé. A companhia, porém, citou que a expansão possa abrir oportunidades de exportação no futuro.

O anúncio ocorre dois dias após a multinacional divulgar que vendeu a divisão de produtos ligados a vitaminas, minerais e suplementos para o fundo de private equity Yellow Wood Partners por US\$ 1 bilhão (R\$ 5,19 bilhões).

Porém essa negociação não afetará os produtos vendidos no Brasil, já que a divisão negociada faz parte do setor de nutrição e saúde, que é mais ampla e receberá o investimento de R\$ 2 bilhões divulgado nesta quinta-feira.

A companhia suíça já havia anunciado neste ano também a venda de 50% do seu negócio de águas e bebidas premium, que inclui as marcas Perrier, San Pellegrino, Acqua Panna e Nestlé Pure Life, e que se desfez da divisão de sorvetes. (Folhapress)

3 corações conclui compra das operações da Yoki e Kitano por R\$ 800 milhões

O Grupo 3 corações concluiu, na quinta-feira (3), a aquisição das operações da General Mills no Brasil, em negócio de R\$ 800 milhões anunciado em março. A operação inclui as marcas Yoki e Kitano, que passam a integrar o portfólio da companhia brasileira.

Segundo a 3 corações, todas as condições regulatórias e contratuais previstas no acordo foram cumpridas. A aquisição amplia a atuação do grupo para além do mercado de café, segmento em que é líder no país.

Com a operação, a empresa passa a ter cerca de 12,7 mil funcionários e presença em mais de 600 mil pontos de venda no Brasil, segundo dados divulgados pela companhia.

A Yoki atua em categorias como pipoca de micro-onhas, farofa, batata palha, farináceos e acompanhamentos. A Kitano, por sua vez, produz temperos, ervas e especiarias.

O acordo também inclui o critério administrativo da General Mills em São Bernardo do Campo (SP) e duas unidades produtivas, em Pouso Alegre (MG) e Campo Novo do Parecis (MT). Com as novas instalações, o Grupo 3 corações passa a operar 15 fábricas.

Em comunicado, o presidente do Grupo 3 corações, Pedro Lima, afirmou que a aquisição acelera a estratégia de diversificação da companhia, que nos últimos anos passou a atuar em categorias além do café.

A General Mills entrou no país em 2012, com a compra da Yoki. A aquisição ocorreu no mesmo período em que o caso envolvendo Elize Matsunaga ganhou repercussão nacional. O desaparecimento e assassinato de Marcos Kitano Matsunaga, então executivo da empresa, vieram a público dias após o anúncio do negócio. (Folhapress)

Investimentos de pessoas físicas crescem no 1º semestre de 2026, com impulso de títulos públicos

Os investimentos de pessoas físicas no Brasil cresceram 6,4% no primeiro semestre de 2026, atingindo R\$ 9,1 trilhões, revelam dados da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) divulgados na quinta-feira (3).

O avanço foi impulsionado principalmente por títulos públicos e CDBs (Certificados de Depósito Bancário), que cresceram 32,9% e 8,5%, respectivamente. Em valores, a alta corresponde a R\$ 86,6 bilhões em títulos públicos e R\$ 113,1 bilhões em CDBs no período.

O movimento acompanha o patamar elevado da taxa básica de juros, a Selic, hoje em 14% ao ano. Com juros altos, as aplicações de renda fixa tendem a ganhar atratividade entre os investidores.

Parte dos produtos dessa classe acompanha a Selic ou o CDI, taxa de referência para operações no mercado privado, e

apresenta menor nível de risco. É o caso do Tesouro Selic e dos CDBs pós-fixados, que podem ser utilizados por investidores mais conservadores e para a formação de reservas de emergência.

A previsão de economistas consultados pelo Boletim Focus na última segunda-feira (1º) é de que a taxa termine 2026 em 13,75% ao ano. O patamar ainda elevado deve manter a atratividade da renda fixa e limitar a concorrência com investimentos de renda variável, como ações.

Não à toa, a renda fixa representou 60% do volume total investido no período, o equivalente a R\$ 5,5 trilhões.

A renda variável também cresceu no primeiro semestre, mas em ritmo menor. O volume total avançou 2%, para R\$ 1,13 trilhões, incluindo a compra de ações e a exposição a fundos de ações. A compra de ações por pessoas físicas atingiu R\$ 816,9

bilhões, alta de 1,2%.

No período, a Bolsa brasileira chegou a se aproximar da marca de 200 mil pontos. O movimento foi impulsionado pela alta do setor de commodities brasileiro, beneficiado pela valorização internacional dos preços do petróleo com a guerra no Irã, além da diversificação de investidores institucionais para mercados emergentes.

No ano, o Ibovespa, índice de referência do mercado acionário brasileiro, acumula alta de cerca de 15%. Nesta quarta-feira, fechou em alta de 3,05%, aos 185.205 pontos.

Além dos demais ativos, o levantamento da Anbima destaca o desempenho dos ETFs (Exchange Traded Funds, ou fundos de índice), que cresceram 38,8% no período, para R\$ 25,4 bilhões, liderando a expansão entre as categorias de fundos.

O resultado reforça o avanço

dos ETFs entre os investidores brasileiros. Dados da B3 já haviam revelado que os ETFs foram o produto de renda variável que mais avançou entre os brasileiros em 2025, com alta de 24% em relação ao ano anterior.

No primeiro semestre de 2026, os investidores pessoas físicas do Sudeste concentraram R\$ 6,06 trilhões em investimentos, o equivalente a 66,3% do volume financeiro do mercado nacional. A região foi seguida pelo Sul, com R\$ 1,55 trilhão (17%), pelo Nordeste, com R\$ 860,6 bilhões (9,4%), pelo Centro-Oeste, com R\$ 492,8 bilhões (5,4%), e pelo Norte, com R\$ 171,5 bilhões (1,9%).

O Sudeste, entretanto, registrou o menor crescimento proporcional no semestre, de 5,6%. O avanço foi de 6,9% no Sul, 8,9% no Nordeste, 9,5% no Centro-Oeste e 10,2% no Norte, que teve a maior expansão no período. (Folhapress)

UE suspende entrada de carne brasileira, e setor corre para tentar reverter medida

O acesso da carne brasileira a um mercado que paga caro pelo produto esbarra a partir da quinta-feira (3) na decisão da UE (União Europeia) de suspender a importação de carne bovina, ovinos, carne de frango e de outras aves provenientes do Brasil.

Enquanto o bloco cobra garantias de cumprimento de suas normas sanitárias, entidades brasileiras se mobilizam para reverter a medida.

Em maio, o Brasil foi retirado de uma lista de países que cumprem as regras da UE sobre o uso de antibióticos na produção pecuária, em meio à pressão do setor europeu após a assinatura do acordo de livre comércio com os países do Mercosul - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - em 1º de maio.

Segundo a Comissão Europeia, o Brasil não apresentou garantias suficientes sobre o cumprimento dessas normas. A decisão foi assinada e publicada em junho pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, formalizando a determinação que havia sido anunciada pelo bloco em maio.

Apesar da intervenção pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de tratativas técnicas e diplomáticas nos últimos meses, o bloco não flexibilizou a decisão, anunciada em maio, de retirar o Brasil da lista de países autorizados a vender os produtos à UE.

Um porta-voz da União Europeia afirmou à agência AFP que o Brasil é um parceiro importante e que assim que esse cumprimento for comprovado, as exportações poderão ser retomadas.

As medidas fazem parte da política europeia de combate à resistência dos microrganismos aos medicamentos, buscando evitar o uso desnecessário de antibióticos.

As regras proíbem o uso desses produtos na pecuária para estimular o crescimento dos animais e também restringem antimicrobianos reservados ao trata-

mento de infecções em humanos.

A União Europeia é um mercado estratégico para o Brasil, principalmente pelo alto valor agregado e pelo perfil específico dos cortes comercializados, e não há substituição automática desse mercado, já que diferentes destinos demandam produtos e cortes distintos.

Segundo dados do setor, no período de janeiro a julho de 2026, as exportações brasileiras de carne bovina para a União Europeia somaram 63,7 mil toneladas e US\$ 562,2 milhões, com preço médio de US\$ 8.823 por tonelada.

A alta é de 10,4% em volume e de 22,8% em valor na comparação com igual período de 2025, quando o preço médio já era 11,2% mais baixo.

No período, a UE representou 3,24% do volume exportado pelo Brasil e 4,92% da receita, ocupando a quarta posição entre os maiores mercados em valor, a sétima em volume e a primeira em preço médio.

Em 2025, as exportações brasileiras para a União Europeia pelo bloco haviam crescido 17% em volume, passando de 110,2 mil para 128,9 mil toneladas, com receita 18,1% maior, de US\$ 895,7 milhões para US\$ 1.058 bilhões.

A suspensão das importações também afeta ovinos e mel. Quando considerados todos os itens, o impacto anual estimado poderia ficar próximo de US\$ 2 bilhões.

No caso da carne de aves e do mel, uma auditoria está em andamento e deve ser concluída nesta sexta-feira (4); se os resultados forem considerados satisfatórios pela UE, as importações brasileiras poderão voltar a ser autorizadas já neste ano.

Para a carne bovina, porém, o prazo pode ser mais longo, devido à duração dos ciclos de produção, informou a Comissão Europeia, podendo demorar até 2028.

Segundo relatório do Rabobank, a suspensão aperta o fornecimento de carne bovina e frango da UE e pode levar a uma alta

dos preços no mercado europeu, embora o impacto nos mercados de carne bovina seja mais pronunciado no segmento premium.

"Suspender as importações de carne bovina da UE do Brasil intensificaria ainda mais a pressão sobre as exportações brasileiras, que já devem enfrentar obstáculos na segunda metade de 2026 devido às restrições de cotas tarifárias da China", diz o documento.

Por outro lado, embora a União Europeia compre mais de fornecedores alternativos - como Argentina, Uruguai e Austrália para carne bovina, e Ucrânia, Tailândia e China para aves - é improvável que essas fontes compensem totalmente os volumes ausentes no Brasil.

Em julho, a Argentina conseguiu a reabertura do mercado da UE para a exportação de aves e ovinos, tendo recuperado seu status de país livre de gripe aviária. Mais de 40 fábricas de processamento de carne do país estão autorizadas a exportar carne bovina para a União Europeia.

Procurado para comentar o tema, o Mapa (Ministério da Agricultura e Pecuária) ainda não se pronunciou.

As entidades do setor dizem acompanhar as negociações, conduzidas em âmbito governamental, e seguir fornecendo os subsídios técnicos necessários para o restabelecimento do fluxo comercial.

A Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes) informou que, desde que as novas exigências relacionadas ao uso de antimicrobianos foram comunicadas, vem atuando em conjunto com os demais elos da cadeia produtiva e prestando suporte técnico ao Mapa.

De acordo com a Abiec, os esforços atuais estão concentrados na reinclusão do Brasil entre os países aptos a exportar para o bloco, uma vez que as garantias oficiais do Mapa já foram apresentadas.

No âmbito privado, foi elabo-

BC negocia interligar Pix ao sistema de pagamentos europeu

O Banco Central brasileiro negocia interligar o Pix ao TIPS, a plataforma de pagamentos instantâneos da Europa. As tratativas ainda estão em fase preliminar, mas já foram previstas em cronograma de trabalho do BCE (Banco Central Europeu).

Documento do BCE sobre o estágio dos pagamentos transfronteiriços do TIPS com sistemas de outros países informa que os estudos para a conexão com o Pix estão em fase de pré-investigação.

Nesta etapa, cujos trabalhos serão concluídos até setembro, são feitas as análises jurídica, técnica, de segurança e operacional para uma interligação dos sistemas no futuro.

Procurado, o BCE confirmou, por meio da sua assessoria de imprensa, o teor do documento e as conversas para a interligação.

"O documento citado está realmente correto e, no momento, há uma investigação preliminar em andamento que explora uma possível interligação entre TIPS e Pix", afirmou o BCE em resposta à Folha.

Procurado desde a semana passada, o BC brasileiro não respondeu aos pedidos de informação.

A integração do Pix com o TIPS, no entanto, já foi repassada em reunião das equipes que trabalham no departamento do BC responsável pelo sistema de pagamentos, segundo técnicos ouvidos pela Folha, sob reserva. O tema ganhou sensibilidade depois que o Pix virou alvo do governo Donald Trump e passou a ocupar o centro de uma disputa internacional que envolve quem controla os trilhos do dinheiro no mundo.

Para o presidente da ANBCB (Associação Nacional dos Auditores do Banco Central do Brasil), Thiago Cavalcanti, o avanço reforça a importância de assegurar capacidade institucional compatível com a expansão das atribuições do BC.

Cavalcanti diz que, numa integração com o TIPS, o usuário poderia, com a sua conta no Brasil,

usar o Pix via QR code para pagar em euro na maquininha de uma loja ou supermercado na Europa.

"O sistema vai fazer a conversão instantânea e fazer o pagamento. Provavelmente, você vai ter alguns custos envolvidos na transação, que têm que ficar explícitos", diz. Ele destaca que, além de conseguir pagar mais fácil, a taxa de conversão do câmbio deverá ser a menor possível.

Segundo documento interno obtido pela Folha, nove áreas dentro do BC foram mobilizadas para definir diretrizes de governança e avaliar a compatibilidade dos dois sistemas.

Se as negociações avançarem conforme o esperado, a expectativa dos técnicos é que seja lançado um piloto operacional em junho de 2028. Os planos estão, porém, sujeitos a ajustes decorrentes de análises realizadas, requisitos regulatórios, definições de desenho e coordenação com os participantes de mercado.

No BC, já foi anunciado internamente que um comitê de chefes-adjuntos da instituição irá ao BCE em outubro. A expectativa entre os técnicos é que um anúncio de avanço nas negociações ocorra ainda em setembro, quando termina a fase inicial de pré-investigação pelo BCE.

Se as negociações avançarem nos próximos meses e um acordo for fechado, o processo de internacionalização do Pix alcançará outro patamar. Hoje, os usuários do sistema brasileiro podem fazer transações internacionais com Argentina, Estados Unidos (Miami e Orlando) e Portugal por meio de acordo entre instituições financeiras desses países.

Para Cavalcanti, a integração exige continuidade de pessoal, tecnologia, governança e orçamento nos próximos anos. O próprio BC identifica riscos de coordenação e execução, como mostrou reportagem da Folha sobre a crise orçamentária que atinge o Pix.

"Esse é exatamente o tipo de problema institucional que a PEC de autonomia do BC procura en-

frentar", diz Cavalcanti.

Os técnicos do BC vão agora avaliar os benefícios econômicos da iniciativa e realizar estudos sobre os volumes potenciais, casos de uso, demanda esperada e impactos sobre o mercado de pagamentos. Também serão analisados os custos de implementação e sustentabilidade do modelo operacional e propostos modelos de participação, liquidação e conversão cambial aplicáveis ao corredor Pix-TIPS.

A proposta é que, após a fase pré-investigativa, a etapa seguinte de exploração se estenda de outubro de 2026 a março de 2027, período em que serão aprofundadas as análises de viabilidade e definidos os principais marcos do projeto.

Uma eventual fase de implementação, sujeita à aprovação posterior pelos dois bancos centrais, está prevista para ocorrer

de abril de 2027 a junho de 2028. Nesse cenário preliminar, o corredor de integração estaria tecnicamente operacional em novembro de 2027, com piloto em junho de 2028.

No último relatório de gestão do Pix, divulgado em agosto passado, o BC destaca a possibilidade de uso do Pix tanto por brasileiros em outros países quanto no Brasil por não residentes.

Para o uso do Pix por brasileiros no exterior, a parceria permite que instituições de outros países sejam capazes de gerar o QR Code do Pix e de receber a informação de conclusão da transação em tempo real.

Ele funciona assim: o Pix é feito, em reais, instantaneamente da conta do brasileiro para a conta da instituição brasileira, que pode ser ou não um participante. Em um segundo momento, a instituição brasileira realiza a remessa

de recursos para o exterior, da forma tradicional, sem usar a infraestrutura do Pix que permite apenas transações domésticas, fazendo com que os recursos sejam creditados em moeda local na conta do estabelecimento comercial na instituição parceira no exterior.

Para o uso do Pix no Brasil por não residentes, a parceria permite que o QR Code do Pix, gerado por um estabelecimento brasileiro, seja lido por meio do aplicativo da instituição estrangeira. O parceiro brasileiro faz o Pix instantaneamente para o estabelecimento, com os recursos sendo creditados em reais em sua conta, como um Pix usual.

No mesmo momento, o parceiro estrangeiro debita a conta do estrangeiro na moeda de seu país, de acordo com a taxa de câmbio ofertada. Em um segundo momento, o parceiro no exterior envia recursos para seu par-

ceiro brasileiro, de forma tradicional, sem usar a infraestrutura do Pix, transformando a moeda estrangeira em reais.

O TIPS (Target Instant Payment Settlement) permite transferências de dinheiro entre pessoas e empresas em segundos. Os chamados PSPs (provedores de serviços de pagamento) podem oferecer aos seus clientes transferências de fundos em tempo real, 24 horas por dia, todos os dias do ano. De acordo com o BCE, o sistema oferece liquidação final e irrevogável de pagamentos instantâneos em euros, coroas suecas e coroas dinamarquesas.

A liquidação no TIPS ocorre em tempo real e em moeda do banco central, 24 horas por dia, 365 dias por ano. Na prática, ele funciona como uma infraestrutura semelhante ao Pix do Brasil. (Folhapress)

Relator de projeto sobre data centers propõe afrouxar lei para facilitar envio de emendas a municípios

O deputado Ionaldo Bulhões (MDB-AL), relator do projeto de lei que destrava benefícios para data centers, propôs uma mudança na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) que pode facilitar o repasse de emendas parlamentares para 90% dos municípios brasileiros.

Parcer de Bulhões inclui um jabuti no texto para afrouxar o dispositivo que exige das prefeituras o pagamento em dia de obrigações com o ente transferidor (neste caso, a União) e a prestação de contas de recursos recebidos em anos anteriores. Pelo texto, municípios com até 65 mil habitantes ficariam dispensados dessas exigências.

Segundo as estimativas populacionais divulgadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) neste ano, isso alcançaria 5.042 municípios, ou 90,5% do total. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é contra a mudança e articula a derrubada.

Jabuti é o jargão usado para um dispositivo colocado em um projeto de lei, mas que não diz respeito ao conteúdo original da proposta — como é o caso.

Originalmente, o projeto foi elaborado pelo então líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE),

para viabilizar a execução orçamentária do Redata, o programa de benefício fiscal a data centers com previsão de R\$ 5 bilhões.

Relatório publicado por Bulhões na quarta-feira (2), porém, retirou os data centers do PLP (projeto de lei complementar) da redação, e substituiu por um novo texto que trata do afrouxamento das restrições a emendas, de dívidas de resseguradoras locais e de programas de apoio a pessoas com deficiência e câncer.

Além disso, o deputado também incluiu um trecho sobre o "regime tributário para áreas de livre comércio" e que mira a destravar a instalação de uma área de benefícios comerciais no Amapá, estado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Pessoas que acompanham a matéria dizem que diversos lobbies estão tentando pegar carona no projeto, uma prioridade do governo, mas que o benefício aos data centers deve voltar ao projeto em um novo parecer.

O deputado foi procurado nesta quinta-feira (3), por mensagem e por meio de sua assessoria de imprensa, mas não respondeu até a publicação deste texto.

Há a expectativa de que este projeto seja votado na Câmara dos Deputados, nesta quinta-feira (3).

O PLP 74 de 2026, para viabilizar o Redata, integra o acordo político que restabeleceu as relações entre o Lula e Alcolumbre, e também envolveu o chefe da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Um dos pontos combinados foi que o Congresso desse andamento a uma série de pontos de interesse do governo, como o fim da escala 6x1, o marco legal dos minerais críticos e o Redata, o programa de apoio a data centers com um incentivo previsto de R\$ 5 bilhões até 2034.

O Redata foi aprovado no Senado na última terça-feira (1º), com uma manobra, validada por Alcolumbre, para contemplar o setor de gás natural.

Paralelamente, os parlamentares precisavam avançar com o PLP que cria o espaço fiscal para o incentivo fiscal aos data centers, justamente o texto apresentado por Guimarães, que hoje é ministro das Relações Institucionais de Lula, quando ainda ocupava o cargo de líder do governo na Câmara.

A relatoria foi atribuída a Bu-

lhões, mas ele, em seu mais recente parecer, da última quarta, alterou totalmente o texto e não mais trata dessas exceções.

O novo texto isenta os municípios de até 65 mil habitantes da exigência de estarem em dia em seus pagamentos com a União para poder receber dinheiros de emendas parlamentares. Essas cidades também poderão receber esses valores mesmo sem ter prestado contas do dinheiro recebido anteriormente, o que antes era necessário.

Na nova versão, o texto passou a ter como objeto viabilizar "proposições que busquem a desoneração do IRPJ [Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas] e da CSLL [Contribuição Social sobre o Lucro Líquido] devidos pelas sociedades resseguradoras locais".

"A medida permite resguardar mecanismo de financiamento voltado a políticas de inequívoco interesse social, assegurando condições para a continuidade e o fortalecimento de ações de prevenção e combate ao câncer, e de promoção da saúde, habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência", justifica Ionaldo, em seu relatório. (Folhapress)

BC liquida distribuidoras de títulos Trustee e Banvox, ligadas a ex-sócio do Master

O Banco Central decretou, na quinta-feira (3), a liquidação extrajudicial da Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e da Banvox Distribuidora.

As duas distribuidoras são ligadas a Maurício Quadradro, ex-sócio do Banco Master, de Daniel Vercor. A instituição que pertencia ao ex-banqueiro foi liquidada pela autoridade monetária em novembro de 2025.

Segundo o BC, as liquidações foram motivadas "pela existência de graves violações às normas legais que disciplinam as atividades das instituições". A autoridade monetária afirma ainda que os bens dos controladores e dos ex-administradores das instituições liquidadas ficam indisponíveis.

Em nota, a Trustee e a Banvox citaram surpresa com a decisão da autoridade e afirmaram que "não há nenhuma irregularidade na estrutura de suas operações ou violações às normas do mercado de capitais". "As empresas jamais foram notificadas para qualquer enquadramento nesse sentido", disseram em comunicado. A reportagem não localizou o contato de Quadradro até a publicação desta reportagem.

O comunicado diz que as empresas prestaram todos os esclarecimentos demandados pelo PC e sanaram as dúvidas relacionadas ao caso Master. Ressalta ainda que a decisão "foi recebida com surpresa pelas empresas, que, inclusive, não tiveram nenhum executivo incluído na denúncia do Ministério Público na operação Carbono Oculto, apresentada na mesma data do anúncio de liquidação pelo BC".

Em nota, o Banco Central aponta que as duas distribuidoras têm baixa representatividade no Sistema Financeiro Nacional. "Em julho de 2026, as instituições representavam, em conjunto, menos de 0,001% do ativo total ajustado do Sistema

Financeiro Nacional e 0,76% do volume de administração de recursos de terceiros."

Com a liquidação, a autarquia também determinou a indisponibilidade dos bens dos controladores e dos ex-administradores das instituições.

"O Banco Central continuará tomando todas as medidas cabíveis para apurar as responsabilidades. O resultado das apurações poderá levar à aplicação de medidas sancionatórias de caráter administrativo e a comunicações às autoridades competentes, observadas as disposições legais aplicáveis".

Os fundos administrados pelas duas empresas liquidadas nesta quinta estão no radar de duas frentes de investigação diversas: o caso Master, que envolve suspeitas de manipulação do patrimônio do banco, e a Operação Carbono Oculto, que investiga a estrutura financeira usada pela facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), deflagrada no ano passado pelo Ministério Público de São Paulo e pela Receita Federal.

No caso da Trustee, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) investiga se a empresa participou de um movimento para valorizar ações da Ambipar. Entre os controladores atingidos pela liquidação estão a Trustee Holding Financeira e três fundos de investimento: Jaguar FIP Multiestratégia, Topazio FIP Multiestratégia e Kyoto Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado.

A relação de ex-administradores com bens indisponíveis inclui Angelo Pinheiro de Castro, Artur Martins de Figueiredo, Estevam Borrali, Flavio Daniel Aguetoni, Luis Fernando de Almeida e Rogério Penteado Felgueiras. Já na Banvox, a lista de ex-administradores atingidos pela medida são os mesmos, com exceção de Artur Martins de Figueiredo. (Folhapress)

Brasil pode aproveitar 'powershoring' com energia limpa para atrair empresas

Às vésperas das eleições de 2018, o economista Bernard Appy percorreu comitês de campanha e grupos da sociedade civil ao lado de pesquisadores do CGIF (Centro de Cidadania Fiscal). O objetivo era colocar em pauta o tema da reforma tributária.

O assunto não virou tema quente no período eleitoral, mas quando a discussão foi pautada no Congresso Nacional, ao longo dos governos de Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), as propostas do CGIF tiveram influência decisiva.

Ao longo desta semana, uma equipe liderada pelo economista Luiz Awazu Pereira da Silva chegou a São Paulo com objetivo semelhante: colocar um tema no debate público. Eles apresentaram em diversos fóruns entre eles Fiesp, Febraban, ONGs e entidades ligadas ao agronegócio o estudo "Crescimento liderado pelo investimento na transição ecológica do Brasil", realizado com o apoio do Cetes (Centre for Economic Transition Expertise) da LSE (London School of Economics), e da organização não-governamental ICS (Instituto Clima e Sociedade).

O estudo defende que, se tomar as decisões certas, o Brasil pode se aproveitar do "powershoring", conceito desenvolvido pelo economista Jorge Arbach, um dos coautores do texto.

Indústrias que usam energia de forma intensiva estão se mudando para países ou regiões com oferta energética abundante. Num contexto geopolítico em que o acesso aos combustíveis fósseis é cada vez mais incerto, torna-se uma vantagem se essa oferta for de energia limpa.

O estudo mostra que o Brasil

tem várias condições para atrair fluxos de cadeias industriais que se beneficiam do "powershoring". Neutralidade geopolítica, distância de zonas de conflito, presença de minerais críticos, água e biomassa, e descoberta de novas reservas de petróleo que possam financiar a transição energética. Além, é claro, de abundância de energia hidrelétrica, eólica e solar.

Seriam essas nossas "vantagens comparativas", segundo o conceito desenvolvido pelo economista britânico David Ricardo (1772-1823). O desafio seria transformar essas "vantagens comparativas" nas "vantagens competitivas" de que fala o americano Michael Porter, professor de Harvard.

Isso envolveria transformar um "estoque passivo de riqueza" em "uma plataforma industrial de baixo carbono", para usar as palavras dos autores do estudo.

"O desafio não é apenas explorar ou exportar esses recursos, mas industrializá-los: processar minérios, transformar biomassa em biocombustíveis e SAF (combustível sustentável de aviação), produzir aço verde, desenvolver a bioeconomia, agregar tecnologia e criar fornecedores e empregos qualificados no Brasil", enfatizam os autores.

"Como contrário, o país poderia cair numa nova 'maldição verde' dos recursos naturais: exportar commodities mais limpas, mas continuar com baixa produtividade e de pouco valor agregado". Os autores dizem que outros países, como o Canadá, onde as indústrias estão se mudando para a região de Quebec para ficarem próximos de centros de produção de energia limpa.

"Não é que estejamos inventando o 'powershoring', a gente está observando que existem esses novos fatores nas decisões de negócios", disse Awazu à reportagem.

Não é milagre, as coisas não vão vir espontaneamente, mas o Nordeste, por exemplo, tem um potencial eólico e solar enormes. No estudo temos uma tabela que mostra o custo baixo da energia renovável no Brasil. Isso entra como um fator de atratividade para o investimento estrangeiro direto.

Como os autores destacam, os investimentos para essa transformação teriam que vir principalmente do setor privado, num país que sofre com endividamento crescente e restrições orçamentárias.

"A Europa e a China têm abundância de investimento estatal na transição energética, mas nós não temos espaço fiscal para isso", diz o economista Manoel Pires, coautor do estudo. Segundo ele, algumas ferramentas de financiamento já disponíveis no Brasil poderiam funcionar como catalisadores para uma "política industrial verde".

"O ajuste fiscal é importante, mas a gente não acredita que tal ajuste, por si só, produza espontaneamente crescimento", afirma Awazu. Para ele, há na política brasileira um debate que enfatiza a importância do acerto das contas públicas de um lado, e de outro um modelo em que o crescimento vem do consumo das famílias, de transferências sociais e do orçamento público. "Nossa proposta, autarcia, é usar nossas vantagens para criar nossa inserção na economia mundial".

A ideia de estabelecer o Brasil, no plano internacional, como uma "potência verde" — ancora-

da em agricultura sustentável, industrialização turbinada por energia limpa e preservação de ativos ambientais como a Floresta Amazônica — vem sendo desenvolvida há mais de uma década por coalizões que unem setores produtivos, universidades e organizações não-governamentais ligadas ao clima. Ela esbarra sempre na falta de lideranças capazes de colocar o tema no debate público.

Em entrevista na sexta-feira (28) ao Jornal Nacional, o candidato à presidência Flávio Bolsonaro (PL) questionou o consenso científico em torno da mudança climática, justificando a ausência do tema no próprio programa de governo.

Já Lula usa a descoberta de petróleo na Margem Equatorial para conseguir apoio político, sem nunca fazer a ligação entre a exploração de combustíveis fósseis e a transição para energia limpa.

"No fundo de recursos do pré-sal, que foi aprovado em 2010, já tinha um uso destinado para mudanças climáticas", relembra Manoel Pires. "Acho que podemos aproveitar a oportunidade atual para refazer isso, propondo o uso da Margem Equatorial para financiar a transição energética".

"Pessoas do Tesouro, pessoas do BNDES, equipes do Ministério da Fazenda e do Ministério do Meio Ambiente já receberam o estudo", comenta Awazu.

"Já tivemos também rodadas de encaminhamento preliminar para pessoas do governo e pessoas que participam do debate público. A gente tem feito um trabalho bastante amplo e extenso de divulgação e coleta de impressões. A ideia é colocar esse tema na pauta". (Folhapress)

Os resultados individuais do exame também podem ser aproveitados em processos seletivos de instituições portuguesas que têm convênio com o Inep. Os acordos garantem acesso facilitado às notas dos estudantes brasileiros interessados em cursar a educação superior em Portugal. (Agência Brasil)

Fiocruz vai iniciar testes da primeira vacina RNAm contra a covid-19

Em 5 anos, furto de fios de cobre no Rio deu prejuízo de R\$ 69 milhões



Operação conjunta das Forças de Segurança e da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, com foco em furtos de fios de cobre na cidade, que provocaram prejuízo superior a R\$ 69 milhões aos cofres públicos municipais nos últimos cinco anos - entre 2021 e 2025.

A primeira ação operacional do Núcleo Integrado de Combate a Furtos e Recepção de Cabos e fiação de cobre foi realizada na quarta-feira (2).

A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Rio), responsável pela instalação dos sinais de trânsito na cidade, registrou furto de quase 500 quilômetros (km) de cabos de semáforo no Rio, gerando prejuízo de R\$ 27 milhões.

A RioLuz, responsável pela iluminação pública, teve prejuízo de R\$ 42 milhões, com mais de 1,8 km de cabos de cobre furtados da rede elétrica.

Os agentes públicos estiveram na Rua Alzira Valdetaro, no bairro do Sampaio, zona norte, onde dois ferros-velhos foram desapropriados e terão a área usada no planejamento urbano para a instalação de políticas públicas mais eficientes, com

foco na regularização ambiental e urbanística.

A ação visa reduzir o furto de equipamentos, como material de cobre usado nos sinais de trânsito, placas de sinalização e fiação da iluminação e da rede elétrica, que provoca vários transtornos na capital.

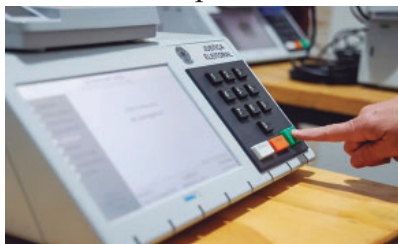
“O combate também foca no receptor, para destruturar essa cadeia logística criminosa”, disse o secretário municipal de Ordem Pública, Marcus Belchior.

Os agentes também atuaram na Avenida Marechal Rondon, sob o Viaduto Armando Coelho de Freitas, no mesmo bairro, onde foi feita a demolição de uma estrutura que vinha sendo utilizada ilegalmente como ferro-velho.

“A região do Grande Méier vem sofrendo com o furto de cabos, problema que afeta não só o trânsito, mas toda a população. Não há manutenção que dê jeito nisso enquanto ferros-velhos clandestinos estiverem abertos para recepção ilegal.

Segundo o subprefeito da zona norte, Douglas Araújo, essa rede criminosa causa prejuízo de milhões aos cofres públicos anualmente”. (Agência Brasil)

TSE aprova registros de seis candidatos à Presidência da República



O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou na quarta-feira (2) o registro de seis chapas de candidatos à Presidência da República nas eleições de outubro.

Por unanimidade, foram aceitos os registros das seguintes chapas, que são formadas pelos candidatos e seus respectivos vices: Edmilson Costa e Cleusa Santos (PCB); Flávio Bolsonaro e Alfredo Gaspar (PL); Hertz Dias e Vanessa Portugal (PSTU); Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alekmin (PSB); Romeu Zema e Eduardo Girão (Novo); Samara Martins e Raquel Brício (UP).

A deliberação do TSE ocorreu durante sessão virtual, na qual os ministros registraram os votos no sistema da Corte e não há votação presencial.

Por unanimidade, os sete ministros concluíram que os candidatos apresentaram os documentos necessários e estão aptos a disputar o pleito.

No total, o tribunal recebeu 13 pedidos de registros de candidaturas. Ainda serão julgados os registros de sete candidatos e seus respectivos vices: Augusto Cury e Júlio Delgado (Avante); Clariana Barão e Fabiana Torquato (DC); Pablo Margal e Leonardo Avelanche (PRTB); Renan Santos e Coronel Medina (Missaão); Ronaldo Caído e Gilberto Kassab (PSD); Rui Costa Pimenta e Antônio

Carlos (PCO); Wilson Grassi e Suéd Haidar (Democrata).

No caso de Pablo Margal, o TSE já determinou que o candidato deve ficar proibido temporariamente de fazer campanha eleitoral, comparecer a debates e participar do horário eleitoral no rádio e na TV.

Os ministros aceitaram um pedido de liminar protocolado pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) para suspender a campanha de Margal até que o TSE julgue de forma definitiva o registro de candidatura.

O MPE afirmou ao tribunal que Pablo Margal está inelegível até 2032 por ter sido condenado pela Justiça Eleitoral do São Paulo por ofertar gravações de vídeos para vereadores e prefeitos em troca de doações em dinheiro. O episódio ocorreu nas eleições municipais de 2024.

Eleições

O primeiro turno será realizado no dia 4 de outubro, quando serão eleitos deputados federais, estaduais, distritais, governadores, senadores e o presidente da República.

O segundo turno está marcado para o dia 25 e pode ocorrer na disputa para os cargos de governador e presidente. Os eleitores voltarão às urnas se nenhum dos candidatos obtiver mais de 50% dos votos válidos, excluindo brancos e nulos, no primeiro turno. (Agência Brasil)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a iniciar os estudos clínicos da vacina de RNA mensageiro (RNAm) contra a covid-19. A vacina é a primeira produzida com esta tecnologia no país.

O imunizante foi totalmente desenvolvido na plataforma RNAm da Fiocruz. O estudo de Fase I tem o objetivo de avaliar a segurança e a imunogenicidade

de do reforço vacinal com a vacina COVID-19 (RNAm) da Bio-manguinhos/Fiocruz em participantes adultos saudáveis.

A vacina do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos passou pelo estágio pré-clínico, que mostrou eficácia na proteção contra a doença. Também foram realizados estudos toxicológicos e de escalonamento.

O recrutamento dos parti-

cipantes para a Fase I do estudo clínico está previsto para começar no primeiro trimestre de 2027.

Serão incluídos no estudo 90 participantes saudáveis entre 18 e 59 anos. As pessoas serão recrutadas nos centros Unidade de Ensaios Clínicos para Imunobiológicos e Policlínica Lincoln de Freitas Filho, no Rio de Janeiro (RJ).

O período de inclusão des-

se grupo no estudo deverá ser de seis meses. Após a inclusão, cada participante será acompanhado por mais seis meses.

Na primeira fase, são testadas a segurança e a imunogenicidade do reforço da vacina. O estudo clínico vai avaliar o uso do imunizante como dose de reforço, como consta atualmente no calendário do Programa Nacional de Imunizações (PNI). (Agência Brasil)

MP da "taxa das blusinhas" é aprovada na Câmara e vai ao Senado

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na quinta-feira (3), em votação simbólica, a Medida Provisória (MP) da chamada "taxa das blusinhas". O texto zera o imposto de 20% sobre compras internacionais até 50 dólares (cerca de R\$ 257) feitas pela internet por meio de remessas postais. Agora, o texto segue para votação no Senado.

Segundo o presidente da Câmara, Hugo Motta (Repúblicas-PB), as compras de até 50 dólares representam alternativa importante de consumo, especialmente para a população de menor renda.

“São brasileiros que enfrentam diariamente a pressão sobre o orçamento doméstico e encontram nesse comércio uma forma de adquirir produtos do cotidiano a preços mais acessíveis”, destacou o parlamentar ao final da votação.

De acordo com Motta, as preocupações da indústria e do varejo nacionais, setores que são contrários ao fim da taxa, serão debatidas para conciliar a proteção do poder de compra das famílias e manter a competitividade da produção brasileira.

A MP precisa ser aprovada nas duas Casas do Legislativo,

até 8 de setembro, para não perder a validade.

Durante a tramitação, o texto foi modificado pela relatora na comissão especial mista, a senadora Leila Barros (PDT-DF).

Uma das novidades introduzidas na medida é a isenção que zera o imposto de importação de medicamentos que não tem versão similar no Brasil.

A MP aprovada também prevê uma redução de 60% para 30% da alíquota de importação para compras de até US\$ 3 mil por remessas postais vindas do exterior.

Outro ponto incluído é a

previsão de avaliação periódica, pelo Ministério da Fazenda, dos efeitos econômicos da isenção tarifária.

Parlamentares da oposição criticaram o teor da medida por dar vantagem a empresas estrangeiras em detrimento da indústria nacional.

“O exato benefício fiscal que está sendo dado para o mesmo produto com o mesmo preço precisa ser dado para o brasileiro, para quem produz aqui, para quem ainda acredita no Brasil”, afirmou o deputado federal Gilson Marques (Novo-SC). (Agência Brasil)

Censo Escolar 2026: dados da 1ª etapa podem ser conferidos até dia 11

Escolas das redes de ensino municipais, estaduais e do Distrito Federal poderão conferir, até 11 de setembro, as informações prestadas na primeira etapa do Censo Escolar da Educação Básica 2026 — Matrícula Inicial.

Pela primeira vez, os relatórios com os dados declarados durante o período oficial de coleta podem ser consultados no Sistema Educacenso do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A consulta permite que os responsáveis identifiquem possíveis inconsistências dos dados declarados antes da abertura do período oficial de retificação.

O Censo Escolar, coordenado pelo Inep, abrange as diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação profissional, incluindo educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional.

Até o dia 11, o Sistema Educacenso estará disponível exclusivamente para leitura. Portanto, os gestores de ensino e os responsáveis nas escolas não poderão editar ou alterar as informações declaradas.

Após a publicação dos dados preliminares do Censo Escolar 2026 no Diário Oficial da União (DOU), prevista para a segunda



Foto: Tomaz Stravitz/Agência Brasil

quintzena de setembro, a funcionalidade de edição será aberta para retificação de eventuais inconsistências identificadas nos dados informados.

Conforme a Portaria Inep nº 217/2026, o período de conferência e retificação dos dados terá duração de 30 dias. O procedimento deverá ser feito no mesmo Sistema Educacenso, do Inep.

O cronograma também prevê que no dia 11 de dezembro deverá ocorrer o envio dos dados finais homologados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

As informações são usadas no cálculo dos coeficientes de distribuição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A divulgação dos resultados finais da primeira etapa, das sínteses estatísticas e dos demais estatísticas da Educação Básica está programada para 1º de fevereiro de 2027.

Em 1º de fevereiro de 2027 tem início a segunda etapa do Censo Escolar da Educação Básica 2026, que trata da situação do aluno.

Nesta fase, o diretor ou responsável pela escola deverá coletar as informações sobre rendimento e movimento escolar das

quintzena de setembro, a funcionalidade de edição será aberta para retificação de eventuais inconsistências identificadas nos dados informados.

Aquecimento além de 1,5°C ameaça saúde, agricultura e economia

ção do Clima (GCOS), da Organização Meteorológica Mundial (OMM), Thelma Krug, disse que a dimensão e a duração do aquecimento determinarão o tamanho dos impactos sobre a sociedade e o meio ambiente.

Quanto mais quente e mais tempo o planeta permanecer acima do limite de 1,5°C, maior será a necessidade de remoção de dióxido de carbono da atmosfera e mais difícil será reverter o aquecimento.

A temperatura global, segundo Thelma Krug, já está cerca de 1,37°C acima dos níveis pré-industriais, com avanço aproximado de 0,26°C por década.

O economista Sergio Margulis, especialista do Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS) e professor da PUC-Rio, destaca os prejuízos econômicos do aumento das temperaturas. Perdas em infraestrutura, agricultura, saúde e energia já representam 2% do PIB global.

Margulis indica que é preciso investir na transição energética agora, para não elevar ainda mais esses prejuízos.

“Hoje o mundo gasta uns 2 trilhões de dólares com descarbonização. Só que a gente precisa aumentar esse patamar para



Foto: Marcelo Camargo/ABr

5 trilhões ou até um pouco mais. Não tem como fugir disso”, analisa o economista.

Margulis também destaca que os governos precisarão ampliar os investimentos em adaptação, porém, o mais urgente é reduzir o problema na fonte.

“Adaptação não resolve o problema físico do aquecimento global. Temos que parar com as emissões. Os países não podem ficar esperando a reversão do clima para agir”, destacou.

O coordenador de política internacional do Observatório do Clima (OC), Claudio Angelino, reforça que o relatório da

ONU é um alerta para impedir que a ultrapassagem de 1,5°C seja ainda maior.

“Abandonar o objetivo de devolver os termômetros a 1,5°C não é uma opção; seria assinar um pacto coletivo de suicídio. Mas o pânico e o declínio não ocorrerão enquanto países produtores de combustíveis fósseis olharem para essas indústrias como uma benesse em vez de uma maldição”, analisa Angelino.

“É preciso parar já a expansão fóssil no mundo, e a COP31, daqui a dois meses, é uma oportunidade de tomar essa decisão”, finaliza. (Agência Brasil)